

**16ª SESSÃO DO SUBCOMITÊ DE PROGRAMA,
ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
DO COMITÊ EXECUTIVO**

Sessão virtual, 23 a 25 de março de 2022

SPBA16/FR
25 de março de 2022
Original: inglês

RELATÓRIO FINAL

SUMÁRIO

	<i>Página</i>
Abertura da sessão	3
Assuntos relativos ao Regulamento	
Eleição da Mesa Diretora.....	4
Adoção da agenda.....	4
Assuntos relativos à política dos programas	
Orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023: propostas de modificações	4
Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021/Primeiro relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025	5
Colaboração com agentes não estatais	6
Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS	8
Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS	9
Assuntos administrativos e financeiros	
Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2021	10
Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027.....	12
Programação do orçamento excedente.....	12
Modificações do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS	13
Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana.....	14
Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana.....	15
Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital	17
Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública	18
Assuntos de informação geral	
Processo para a eleição do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana e nomeação do Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas	20
Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS	21
Projeto de agenda provisória para a 170ª Sessão do Comitê Executivo	23
Outros assuntos	23
Encerramento da sessão	23
Anexos	
Anexo A: Agenda	
Anexo B: Lista de documentos	
Anexo C: Lista de participantes	

RELATÓRIO FINAL

1. A 16ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração do Comitê Executivo da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) foi realizada de 23 a 25 de março de 2022. Devido às circunstâncias apresentadas pela pandemia de COVID-19, a sessão foi realizada on-line utilizando uma plataforma de videoconferência. Compareceram à sessão delegados dos seguintes sete membros do Subcomitê, eleitos pelo Comitê Executivo ou indicados pela Diretora: Brasil, Costa Rica, Dominica, Estados Unidos da América, Jamaica, México e Panamá. Delegados da Argentina, Bahamas, Belize, Bolívia, Canadá, Colômbia, Equador, El Salvador, Espanha, França, Granada, Guatemala, Guiana, Haiti, Honduras, Nicarágua, Países Baixos, Paraguai, Peru, República Dominicana, Suriname, Trinidad e Tobago e Uruguai compareceram como observadores.

Abertura da sessão

2. A Dra. Carissa Etienne (Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana) abriu a sessão e deu as boas-vindas aos delegados dos Membros do Subcomitê e dos Estados Membros que estavam participando como observadores. Ao destacar algumas das principais realizações da Organização desde a sessão anterior do Subcomitê, ela observou que a OPAS havia continuado a desempenhar um papel de liderança na resposta em curso contra a pandemia de COVID-19, colaborando com os mais altos níveis de governo, entidades sub-regionais, agentes não estatais e com as Nações Unidas e sistemas interamericanos. Estratégias inovadoras de comunicação haviam permitido que a OPAS expandisse seu alcance para parceiros e públicos não tradicionais. Ao mesmo tempo, as atividades em muitas outras áreas haviam continuado, inclusive no sentido de atingir as metas estabelecidas no Plano Estratégico 2020-2025 da Organização Pan-Americana da Saúde, os esforços para melhorar a preparação para surtos de influenza e outros vírus respiratórios e a resposta de emergência a diversos desastres naturais. O trabalho para abordar determinantes sociais da saúde e melhorar a equidade em saúde também havia avançado, bem como os esforços para a transformação digital do setor de saúde.

3. A Repartição Sanitária Pan-Americana (RSPA) havia continuado a dar o seu apoio aos países para que avaliassem e ampliassem a capacidade dos sistemas e serviços de saúde de responder à situação em evolução da COVID-19 e implantar novas estratégias de prestação de serviços, como telemedicina, cuidados em domicílio e atendimento de base comunitária. Por meio dos fundos rotativos de compras da Organização, a Repartição havia ajudado os países a garantir o fornecimento de medicamentos essenciais, vacinas e tecnologias em saúde e minimizar ameaças e atrasos nas cadeias de abastecimento. Até meados de março de 2022, mais de 120 milhões de doses de vacina contra COVID-19 haviam sido entregues a 33 países participantes do Mecanismo de Acesso Global às Vacinas contra COVID-19 (COVAX). Em resposta às preocupações sobre o impacto da pandemia de COVID-19 na saúde mental, a Repartição intensificou seu apoio aos países para promover capacitação e desenvolver e implementar políticas, planos e legislação em saúde mental. Uma comissão de alto nível sobre saúde mental e COVID-19 estava prestes a ser criada.

4. Embora o remanejamento de recursos para responder à COVID-19 tivesse prejudicado a capacidade da Repartição de responder a outras necessidades de cooperação técnica, ela havia conseguido identificar e desenvolver estratégias e metodologias alternativas para apoiar os Estados Membros. A Repartição também havia revisado seus processos de cooperação técnica, administrativos e comerciais para assegurar adaptabilidade e incorporar as lições aprendidas. O trabalho realizado antes da pandemia para melhorar a conectividade e a cibersegurança e atualizar a tecnologia computacional havia preparado a Repartição para continuar suas operações de forma totalmente remota durante a pandemia. Em toda a Região das Américas, inovações importantes haviam sido implementadas e lições valiosas haviam sido aprendidas durante a resposta à COVID-19. Com o objetivo de aproveitar essas inovações e lições, a Repartição estava fazendo uma avaliação independente da resposta à COVID-19 na Região.

Assuntos relativos ao Regulamento

Eleição da Mesa Diretora

5. Foram eleitos os seguintes Estados Membros para constituírem a mesa diretora do Subcomitê para a 16ª Sessão:

Presidente: Estados Unidos da América (Sra. Adriana Gonzalez)

Vice-presidente: Panamá (Dr. Félix H. Correa)

Relator: Brasil (Sr. Ciro Leal Martins da Cunha)

6. A Diretora atuou como Secretária *ex officio*, e a Sra. Mary Lou Valdez (Diretora Adjunta da RSPA), como Secretária Técnica.

Adoção da agenda e do programa de reuniões (Documentos SPBA16/1, Rev. 1 e SPBA16/WP/1)

7. O Subcomitê aprovou a agenda provisória apresentada pela Diretora (Documento SPBA16/1, Rev. 1) sem alterações. O Subcomitê também aprovou o programa de reuniões (Documento SPBA16/WP/1).

Assuntos relativos à política dos programas

Orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023: propostas de modificações (Documento SPBA16/2)

8. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) lembrou que o Orçamento por Programas da OPAS 2022-2023, que havia sido aprovado pelo Conselho Diretor em setembro de 2021,¹ incluía uma dotação orçamentária da Organização Mundial da Saúde (OMS) para a Região das Américas no

¹ Vide o *Documento Oficial* 363 (2021).

valor de \$252,6 milhões² para programas básicos. Ele também lembrou que, conforme solicitação dos Estados Membros, o orçamento por programas da OMS para 2022-2023 estava sendo revisado, e informou que havia sido proposto um aumento de \$25,7 milhões na dotação para a Região das Américas, um aumento de 28% em relação ao montante alocado no orçamento de 2020-2021. Outras revisões estavam previstas. As revisões correspondentes no Orçamento por Programas da OPAS 2022-2023 seriam apresentadas aos Estados Membros após a 75ª Assembleia Mundial da Saúde, a ser realizada em maio de 2022.

9. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021/Primeiro relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 (Documento SPBA16/3)

10. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o Documento SPBA16/3, que descrevia o conteúdo e a estrutura proposta para o relatório de avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021, que também serviria de primeiro relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025. Ele destacou que a avaliação ofereceria uma importante oportunidade de fazer um balanço sobre os ganhos de saúde, as lacunas, os desafios e as lições aprendidas no contexto da pandemia de COVID-19. Ela também seria útil para orientar intervenções no biênio atual, uma vez que a Região continuava respondendo à pandemia simultaneamente à implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025 e da Agenda de Saúde Sustentável para as Américas 2018-2030.

11. A avaliação seria um esforço conjunto dos Estados Membros e da Repartição para medir o progresso relacionado aos indicadores definidos no Plano Estratégico da OPAS 2020-2025. A Repartição previa que sua parte da avaliação seria concluída até o fim de março de 2022 e seus resultados seriam apresentados à 170ª Sessão do Comitê Executivo, em junho de 2022. A avaliação conjunta com os Estados Membros ocorreria entre março e maio. Um projeto de relatório provisório seria apresentado ao Comitê Executivo em junho, e os resultados completos da avaliação conjunta seriam apresentados à 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana em setembro de 2022.

12. Na discussão que se seguiu, os delegados manifestaram concordância com a proposta. Eles também consideravam que a avaliação ofereceria uma valiosa oportunidade de aprendizado, tanto para a Repartição quanto para os Estados Membros, melhorando a transparência e a prestação de contas e ajudando a orientar as atividades a serem realizadas durante o biênio 2022-2023. Foi observado que as Américas eram a única região da OMS a fazer avaliações conjuntas desse tipo, e tanto a Repartição quanto os Estados Membros

² A menos que indicado de outra forma, todos os valores monetários neste relatório são expressos em dólares dos Estados Unidos.

foram encorajados a compartilhar a metodologia de avaliação como uma boa prática para o fortalecimento da governança.

13. O Sr. Maza disse que a metodologia de avaliação conjunta havia sido compartilhada com a OMS. Ele agradeceu antecipadamente aos Estados Membros por sua participação na avaliação e notou que mais detalhes sobre o processo seriam fornecidos em um futuro próximo.

14. A Diretora observou que a Repartição e os Estados Membros trabalharam juntos para desenvolver o processo de avaliação conjunta, e que a Repartição estava grata pelo engajamento e pela colaboração dos Estados Membros, sem os quais o processo não poderia ser concluído. A Repartição estava ciente de que os Estados Membros estavam totalmente empenhados na resposta à COVID-19 e no planejamento para o futuro, mas apelou para que eles se participassem plenamente da avaliação, que iria contribuir para orçamentos, planejamento e cooperação técnica no futuro.

15. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Colaboração com agentes não estatais (Documento SPBA16/4)

16. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) apresentou o Documento SPBA16/4, que explica em detalhes as medidas tomadas pela OPAS para implementar o Quadro de Colaboração com Agentes Não Estatais (FENSA, na sigla em inglês), adotado pelo Conselho Diretor da OPAS em setembro de 2016.³ Ela relatou que, durante 2021, a Repartição havia continuado a trabalhar em estreita colaboração com a Secretaria da OMS para garantir uma estratégia coerente e consistente para implementação do FENSA.

17. Em 2021, a Repartição havia realizado quase 300 análises padrão de *due diligence* e avaliação de risco, além de centenas de análises simplificadas de colaborações de baixo risco. O número de análises vinha aumentando significativamente todos os anos desde 2016, e cerca de 95% de todas as colaborações propostas haviam sido aprovadas. No início da pandemia de COVID-19, a RSPA havia reconhecido a necessidade de avaliar potenciais colaborações com agentes não estatais de forma mais acelerada. Como resultado, a Diretora havia autorizado um processo simplificado de FENSA de forma a responder mais rapidamente à pandemia de COVID-19, mas assegurando que a integridade, a independência e a reputação da Organização fossem preservadas. Também haviam sido elaborados vários acordos-modelo para a pandemia de COVID-19 para permitir que a Organização recebesse contribuições financeiras e em espécie com mais rapidez.

18. A Organização havia mantido uma série de colaborações inovadoras com agentes não estatais durante o ano. Por exemplo, ela havia trabalhado junto a plataformas de mídia social para divulgar mensagens da OPAS, promover a vacinação e combater a desinformação em saúde relacionada à COVID-19. Também havia colaborado com agentes não estatais para apoiar o acesso a vacinas, comprar concentradores de oxigênio, expandir

³ Vide Documento CD55/8, Rev. 1, e Resolução CD55.R3 (2016).

o uso dos testes diagnósticos de antígeno e implantar projetos de saúde pública para responder à emergência, com enfoque em comunidades indígenas e populações migrantes. Com o intuito de aprimorar o FENSA, a Repartição continuaria a aprofundar a formação em toda a Organização em 2022, inclusive por meio da criação de um curso de formação on-line.

19. O Subcomitê acolheu favoravelmente a continuação da estreita colaboração entre a Repartição e a Secretaria da OMS para implementação do FENSA, e um delegado salientou que o FENSA não apenas protegia a OPAS, mas também oferecia claras orientações para os agentes não estatais sobre suas interações com a Organização. A retomada de cursos de formação no FENSA também foi saudada. Enfatizou-se a importância da *due diligence* e da avaliação de risco. Uma delegada indagou se todas as propostas de novas colaborações haviam passado pelo mesmo processo agilizado de revisão e se a Repartição planejava avaliar as lições aprendidas com o processo acelerado e identificar sucessos e desafios que poderiam ser relevantes para a colaboração com agentes não estatais no período pós-pandemia. Outra delegada enfatizou que era importante dedicar todo o tempo necessário para a *due diligence* para evitar ameaças à independência, integridade e reputação da Organização. Solicitou-se à Repartição que incluísse detalhes sobre o processo de análise no relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo, inclusive os principais motivos de não recomendação de uma colaboração. Também se sugeriu que o relatório deveria incluir uma lista dos agentes não estatais que haviam contribuído para o trabalho da Organização.

20. Foram solicitadas informações adicionais sobre a capacidade da Repartição de manter os atuais níveis aumentados de colaboração com agentes não estatais. Também foram solicitadas informações sobre o papel desempenhado pelo Escritório de Ética na mitigação de riscos à reputação da Organização, especialmente no que diz respeito a conflitos de interesse, e sobre o envolvimento da Repartição no desenvolvimento de formação no FENSA. Além disso, solicitou-se que a Repartição oferecesse possíveis motivos para a menor participação de representantes dos agentes não estatais nas sessões do Conselho Diretor.

21. Em resposta, a Dra. Jiménez disse que a Repartição teria prazer em detalhar melhor o processo de análise no relatório a ser apresentado ao Comitê Executivo. Ela explicou que, na maioria dos casos, as propostas de colaboração haviam sido rejeitadas porque os agentes não estatais envolvidos tinham laços com a indústria do tabaco ou outros conflitos de interesse, como a promoção de hábitos nutricionais não saudáveis. Outros agentes estavam sendo investigados por fraude ou haviam fornecido dados questionáveis em seus relatórios financeiros. Em todos os casos, a Repartição havia pesado os riscos e benefícios da colaboração e optado pela cautela.

22. A fim de atender à maior demanda por análises durante a pandemia no contexto do orçamento estático da Organização, a Repartição havia desenvolvido vários instrumentos com o objetivo de reduzir o número de consultas e facilitar o trabalho com agentes não estatais. Além disso, estava promovendo treinamentos sobre o FENSA, inclusive on-line. A Repartição pretendia avaliar as lições aprendidas com esse processo o mais rápido possível e iria relatar os resultados aos Estados Membros. Com relação ao papel do Escritório de

Ética, a Dra. Jiménez observou que a Repartição lidava principalmente com conflitos internos de interesse e com a conduta dos funcionários da RSPA, ao passo que o FENSA trata de potenciais conflitos de interesse com agentes externos. Porém, o Escritório do Assessor Jurídico, que atuava como ponto focal do FENSA, colaborava estreitamente com o Escritório de Ética caso identificasse qualquer problema relacionado à conduta ética de funcionários da RSPA durante as análises de *due diligence*. Observando que a participação de agentes não estatais nas sessões do Conselho Diretor havia permanecido consistente entre 2020 e 2021, ela sugeriu que essa participação poderia ter sido um pouco menor que em anos anteriores devido à pandemia de COVID-19 e ao formato de reunião virtual.

23. A Diretora acrescentou que havia ocorrido um aumento acentuado na colaboração com agentes não estatais durante a pandemia de COVID-19 e observou que a Organização havia melhorado sua capacidade de atingir um leque mais amplo de agentes não estatais, inclusive do setor privado, já que esses agentes poderiam melhorar muitos programas de promoção da saúde e bem-estar da OPAS (por exemplo, por meio de mensagens nas redes sociais). Ela confirmou que a Repartição apresentaria uma avaliação das lições aprendidas com o processo acelerado de análise em 2023 e observou também que o Escritório do Assessor Jurídico havia trabalhado incansavelmente para atender ao aumento da demanda por colaborações com agentes não estatais no contexto da pandemia, apesar dos desafios de dotação de pessoal.

24. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS (Documento SPBA16/5)

25. A Sra. Regina Campa (Assessora do Departamento de Relações Externas, Parcerias e Mobilização de Recursos da RSPA) lembrou que as relações oficiais entre a OPAS e os agentes não estatais se baseavam em um plano trienal de colaboração desenvolvido e acordado entre o agente não estatal e a Repartição. Os planos trienais estavam estruturados segundo o Plano Estratégico da OPAS e não podiam ter caráter predominantemente comercial nem fins lucrativos. Ela relatou que havia sido recebida uma solicitação para estabelecimento de relações oficiais com a OPAS de um agente não estatal. Além disso, sete agentes não estatais com relações oficiais deveriam passar por sua análise trienal.

26. A Repartição havia analisado a solicitação do Instituto de Normas Laboratoriais e Clínicas de acordo com o FENSA e havia determinado que este atendia aos requisitos para estabelecimento de relações oficiais com a OPAS. Ela recomendou, portanto, que o pedido do Instituto fosse aprovado. A Repartição também recomendou a continuação das relações com seis dos agentes não estatais que tinham análise trienal pendente e o encerramento das relações oficiais com um dos agentes não estatais, com o qual não se identificou nenhum plano de trabalho acordado.

27. O Subcomitê fez uma reunião a portas fechadas para considerar as recomendações pertinentes a cada agente não estatal. Depois de examinar as informações confidenciais fornecidas pela Repartição, o Subcomitê decidiu recomendar ao Comitê Executivo a aprovação do estabelecimento de relações oficiais entre o Instituto de Normas Laboratoriais e Clínicas e

a OPAS e a continuidade das relações oficiais entre a OPAS e Coalizão Caribe Saudável, a Sociedade Interamericana de Cardiologia, a Associação Latino-Americana de Indústrias Farmacêuticas, a Confederação Latino-Americana de Bioquímica Clínica, a Fundação Mundo Sano e o Centro WRI Ross para Cidades Sustentáveis. O Subcomitê também recomendou o encerramento das relações oficiais com a Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe.

28. A Presidente anunciou que as recomendações do Subcomitê seriam apresentadas à 170ª Sessão do Comitê Executivo na forma de projeto de resolução.

Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS (Documento SPBA16/6)

29. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) apresentou um breve panorama dos trabalhos do Comitê de Auditoria e chamou a atenção para seus Termos de Referência, que figuravam como anexo do Documento SPBA16/6. Ela observou que, segundo esses Termos de Referência, os três membros do Comitê de Auditoria são eleitos pelo Comitê Executivo e não servem mais de dois mandatos completos de três anos cada um. Como o mandato de um dos membros chegaria ao fim em junho de 2022, seria necessário que o Comitê Executivo preenchesse a futura vaga durante sua 170ª Sessão, em junho. Em conformidade com o processo para identificar candidatos ao Comitê de Auditoria, a Diretora havia atualizado a lista de potenciais candidatos qualificados para preencher as vagas do Comitê de Auditoria e formulado uma lista curta para consideração pelo Subcomitê, que ficou encarregado de recomendar um candidato ao Comitê Executivo. A documentação relevante sobre os candidatos havia sido distribuída aos membros do Subcomitê.

30. O Subcomitê decidiu criar um grupo de trabalho composto pelos delegados da Costa Rica, dos Estados Unidos da América e da Jamaica para avaliar a lista de candidatos proposta pela Diretora. Posteriormente, o presidente do grupo de trabalho, Sr. James P. Shuster (Estados Unidos da América), informou que o grupo de trabalho havia avaliado os quatro candidatos propostos com base nos critérios para afiliação estabelecidos na Seção 4 dos Termos de Referência e havia selecionado cinco fatores fundamentais para classificá-los. Cada membro do grupo havia classificado cada candidato separadamente; em seguida, as pontuações haviam sido combinadas e as médias dos resultados individuais haviam sido calculadas. O Sr. Alan Siegfried havia sido escolhido por unanimidade como o candidato a ser indicado para o Comitê de Auditoria.

31. A Diretora manifestou gratidão ao Sr. Siegfried por suas contribuições durante o primeiro mandato no Comitê de Auditoria e prometeu que a Repartição continuaria a trabalhar em estreita colaboração com o Comitê de Auditoria e responderia prontamente às suas recomendações.

32. O Subcomitê endossou a recomendação do grupo de trabalho. A Presidente anunciou que a recomendação seria comunicada ao Comitê Executivo.

Assuntos administrativos e financeiros***Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2021 (Documento SPBA16/7)***

33. O Sr. Xavier Puente Chaudé (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) apresentou um panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2021, observando que as demonstrações financeiras ainda estavam sendo auditadas pelo Auditor Externo da Organização, o Escritório Nacional de Auditoria (NAO, na sigla em inglês) do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte. Ele acrescentou que, por motivos relacionados à pandemia de COVID-19, o NAO havia indicado que esperava concluir o relatório de auditoria perto do final de abril, em vez de na primeira quinzena de abril, como de praxe. O Sr. Puente Chaudé também observou que o relatório financeiro de 2021, como o relatório de 2020, refletia as atividades da Organização durante um ano difícil, marcado pelo combate em curso à pandemia de COVID-19 e o impacto de atrasos significativos no recebimento das contribuições fixas dos Estados Membros.

34. Destacando as principais tendências relacionadas a receitas e despesas, ele informou que os números preliminares não auditados mostravam que a receita total consolidada da Organização havia chegado a cerca de \$1.794 milhões em 2021, um aumento de 34% em relação a 2020, devido a consideráveis aumentos na receita de aquisições em nome dos Estados Membros e contribuições voluntárias extraordinárias para emergências. A receita do orçamento por programas havia crescido de \$338,7 milhões em 2020 para \$362,4 milhões em 2021 devido a um aumento nas contribuições voluntárias da OPAS e da OMS. O crescimento das contribuições voluntárias, por sua vez, havia se devido a um acentuado aumento das contribuições relacionadas à emergência de COVID-19, que haviam totalizado \$181 milhões no biênio 2020-2021, em comparação com \$27 milhões no biênio 2018-2019. A receita de aquisições havia totalizado \$1.349 milhões, o maior montante da história da Organização. As aquisições por meio do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas (o Fundo Rotativo) haviam sido responsáveis pela maior parcela da receita de aquisições, embora a receita do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (o Fundo Estratégico) houvesse aumentado consideravelmente em comparação com 2020 e anos anteriores devido ao aumento na aquisição de suprimentos para combate à COVID-19.

35. As contribuições fixas haviam ficado inalteradas por mais de uma década, o que, em termos reais, significava que elas haviam diminuído. As contribuições fixas do ano corrente arrecadadas em 2021 haviam totalizado \$42,1 milhões, uma leve melhora em relação a 2020, mas que chegava a menos da metade do montante prometido até 1º de janeiro de 2021. No total, 22 Estados Membros haviam pagado integralmente suas contribuições fixas de 2021, nove haviam feito pagamentos parciais e 11 não haviam efetuado nenhum pagamento. O saldo pendente total no final do ano havia sido de \$74,8 milhões, menor que em 2020, graças à coleta de um montante ligeiramente maior de contribuições fixas referentes a anos anteriores. Ainda assim, o valor pendente no final de 2021 era quase o dobro do valor pendente no período de 2015-2018 e o triplo do valor pendente em 2011. Pelo terceiro ano consecutivo, os atrasos no pagamento das

contribuições fixas haviam prejudicado a capacidade da Repartição de implementar o orçamento por programas da Organização e responder à pandemia de COVID-19. Como resultado desses atrasos, a Repartição também fora forçada a esgotar o saldo do Fundo de Capital de Giro e a tomar empréstimos de outros fundos irrestritos.

36. Os números preliminares não auditados mostraram que as despesas totais consolidadas para 2021 haviam totalizado \$1.785 milhões, em comparação com o valor de \$1.336 milhões em 2020. A compra de suprimentos, produtos básicos e materiais havia respondido pela maior parcela dos gastos, praticamente todos relacionados a aquisições em nome dos Estados Membros. Os custos com funcionários e outros custos de pessoal haviam diminuído de \$181,5 milhões em 2020 para \$153,5 milhões em 2021, ao passo que os serviços contratuais haviam aumentado de \$85,4 milhões para \$158,8 milhões como resultado da contratação de consultores para apoiar a resposta à pandemia. Durante o biênio 2020-2021, a receita havia ultrapassado as despesas, deixando um excedente orçamentário de aproximadamente \$24,5 milhões para o biênio (vide os parágrafos 44 a 47 adiante). O excedente podia ser atribuído ao impacto dos atrasos no recebimento das contribuições fixas e às medidas adotadas para assegurar a liquidez da Organização.

37. Na discussão que se seguiu, solicitou-se que a Repartição comentasse sobre os possíveis motivos para os atrasos no pagamento das contribuições fixas e as medidas tomadas para melhorar a taxa de arrecadação. Também se solicitou que a Repartição garantisse que o relatório financeiro incluiria detalhes sobre as despesas para o ano, inclusive informações sobre as áreas mais afetadas por aumentos nos gastos e as fontes de financiamento para esses aumentos. Além disso, foram solicitadas informações sobre a previsão de despesas e fontes de financiamento para 2022. Manifestou-se gratidão aos Estados Membros que haviam cumprido suas obrigações financeiras para com a Organização em 2021, a despeito dos desafios apresentados pela pandemia de COVID-19.

38. O Sr. Puente Chaudé disse que o relatório financeiro iria incluir informações pormenorizadas sobre receitas e despesas, além de fazer comparações com os valores de 2020 e anos anteriores. Embora o relatório financeiro não fosse incluir projeções para 2022, essas informações estavam disponíveis no orçamento por programas da Organização para 2022-2023. Com relação aos esforços de arrecadação das contribuições fixas, ele explicou que a Repartição enviava lembretes periódicos informando os Estados Membros sobre os valores devidos. Os representantes da OPAS/OMS também transmitiam essas informações em suas reuniões com as autoridades sanitárias nacionais. Normalmente, a Repartição não buscava nenhuma explicação para atrasos no pagamento, mas algumas autoridades nacionais haviam indicado que os atrasos estavam relacionados a procedimentos internos ou outros assuntos internos.

39. A Diretora observou que a Organização havia sido obrigada a lidar com a pandemia ao mesmo tempo em que sofria uma crise financeira significativa que levou a cortes de pessoal. Portanto, havia sido necessário contratar consultores e outros funcionários de curto prazo para que muitas atividades pudessem ser realizadas. A situação com relação à cobrança das contribuições fixas não havia melhorado, apesar dos repetidos apelos da Repartição aos Estados Membros por pagamento imediato. A Repartição, portanto, havia

intensificado seus esforços para mobilizar contribuições voluntárias a fim de conseguir financiar o seu trabalho. Ela agradeceu a generosidade dos doadores que haviam feito essas contribuições e aos Estados Membros por seus esforços para garantir que a Região recebesse uma maior parcela das contribuições voluntárias da OMS. No entanto, as contribuições fixas continuavam sendo o pilar do orçamento da Organização.

40. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027 (Documento SPBA16/8)

41. O Sr. Xavier Puente Chaudé (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) lembrou que o mandato do atual Auditor Externo iria expirar em 2023. De acordo com os procedimentos estabelecidos, a Repartição iniciaria o processo de solicitação de indicações dos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados para o cargo de Auditor Externo para os biênios 2024-2025 e 2026-2027. O Sr. Puente Chaudé também observou que as propostas de emenda ao Regulamento Financeiro da OPAS modificariam as disposições relativas ao limite de mandato do Auditor Externo (ver parágrafos 50 a 54 adiante).

42. A Diretora encorajou os Estados Membros a apresentar indicações para garantir que haveria um número suficiente de candidatos adequados para o cargo de Auditor Externo.

43. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Programação do orçamento excedente (Documento SPBA16/9)

44. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) chamou a atenção para o Artigo 4.6 do Regulamento Financeiro, segundo o qual qualquer excedente orçamentário seria alocado ao Fundo de Capital de Giro sempre que o saldo desse Fundo estivesse abaixo do seu nível aprovado. Assim, após a conclusão da auditoria das demonstrações financeiras referentes a 2021, \$21,3 milhões do excedente orçamentário estimado de \$24,6 milhões seriam transferidos para o Fundo de Capital de Giro. Foi proposto que os \$3,3 milhões restantes fossem transferidos para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital, dos quais \$2,3 milhões iriam para o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis e \$1 milhão, para o Fundo Subsidiário de Tecnologia da Informação.

45. Na discussão que se seguiu, manifestou-se apoio à alocação proposta do excedente orçamentário, e um delegado destacou a importância de repor o Fundo de Capital de Giro para enfrentar os atrasos crônicos no pagamento das contribuições fixas. Solicitou-se à Repartição que explicasse os motivos para o excedente orçamentário no documento a ser apresentado ao Comitê Executivo em junho de 2022.

46. O Sr. Maza disse que o documento a ser apresentado ao Comitê Executivo incluiria mais detalhes sobre o excedente orçamentário, em grande parte resultante de atrasos no recebimento das contribuições fixas. Ele reafirmou que parte do excedente seria usada para

repor o Fundo de Capital de Giro, que havia sido utilizado para reduzir os impactos negativos desses atrasos.

47. O Subcomitê endossou a proposta de alocação do excedente orçamentário.

Modificações do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS (Documento SPBA16/10)

48. O Sr. Xavier Puente Chaudé (Diretor do Departamento de Gestão de Recursos Financeiros da RSPA) lembrou que, em sessões anteriores dos Órgãos Diretores, diversos Estados Membros haviam recomendado o estabelecimento de um limite de mandato para o cargo de Auditor Externo da OPAS, a fim de se alinhar às melhores práticas de outras organizações internacionais. Ele observou que, historicamente, a Repartição havia recomendado a nomeação de um Auditor Externo por dois biênios, com a opção de prorrogação por um biênio adicional, o que na prática resultaria em um limite de seis anos. A modificação proposta para o Artigo 14.1 do Regulamento Financeiro estipulava um limite inicial de mandato de quatro anos, com a opção de prorrogação por mais dois anos, até um limite total de mandato de seis anos, alinhando-se assim com a prática anterior da Organização e com as melhores práticas atuais em âmbito internacional.

49. No debate que se seguiu, um delegado observou que a mudança proposta estava em linha com as recomendações da Unidade de Inspeção Conjunta das Nações Unidas e saudou a incorporação dessas melhores práticas na gestão financeira. Outra delegada solicitou mais informações sobre a origem das melhores práticas mencionadas, observando que, embora fosse possível que a mudança proposta melhorasse a objetividade, também se poderia argumentar que um Auditor Externo com conhecimento profundo sobre a OPAS poderia fazer recomendações mais apropriadas e relevantes. Uma terceira delegada questionou a inclusão da frase “exceto quando aprovado pela Conferência ou pelo Conselho Diretor” na modificação proposta, destacando que tal redação sugeria que os Órgãos Diretores poderiam prorrogar o mandato do Auditor Externo além do prazo máximo de seis anos, contrariando as melhores práticas internacionais.

50. O Sr. Puente Chaudé explicou que o estabelecimento de limites de mandato para auditores era considerado uma boa prática pelas Nações Unidas e no setor privado. O limite típico de mandato era suficientemente longo para permitir que os auditores conseguissem conhecer a organização, mas não a ponto de se tornarem complacentes. Um auditor novo poderia examinar as contas de uma perspectiva renovada, o que poderia ser benéfico para a Organização. Com relação à possibilidade de prorrogar o mandato do Auditor Externo além dos seis anos, ele lembrou que houve momentos no passado em que nenhum candidato viável havia sido indicado para o cargo. Nesses casos, e em outras circunstâncias excepcionais, o procedimento mais lógico seria prorrogar o mandato do Auditor Externo existente.

51. A Diretora achou prudente permitir que o Conselho Diretor ou a Conferência Sanitária Pan-Americana prorrogasse o mandato do Auditor Externo por dois anos quando

as circunstâncias justificassem a prorrogação. Para que tal ação seja tomada, entretanto, a possibilidade de uma prorrogação precisa estar prevista no Regulamento Financeiro.

52. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana (Documento SPBA16/11)

53. A Dra. Luz Marina Barillas (Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos da RSPA) explicou que as modificações no Regulamento do Pessoal da RSPA refletiam as recomendações feitas pela Comissão do Serviço Público Internacional (ICSC, na sigla em inglês) à Assembleia Geral das Nações Unidas à luz da experiência e de boas práticas em gestão de recursos humanos. As modificações foram feitas para que as condições de emprego da OPAS continuassem consistentes com as de outras organizações do sistema comum das Nações Unidas.

54. Seguindo as recomendações da ICSC, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou um aumento de 0,92% na escala de salário-base para as categorias profissionais e superiores, que também se aplicaria aos cargos de Diretor, Diretor Adjunto e Subdiretor da RSPA. O aumento havia sido implementado sem perdas ou ganhos, resultando assim em variação zero na remuneração líquida. O ajuste teria um impacto financeiro de aproximadamente \$494.000 por ano para o sistema das Nações Unidas como um todo e menos de \$10.000 por ano para a OPAS. A Assembleia Geral das Nações Unidas também havia aprovado a recomendação da ICSC de ajustar o benefício de subsídio para educação. Essa mudança teria um impacto financeiro de cerca de \$6,55 milhões por ano no sistema das Nações Unidas como um todo; com base nos valores de 2021, estimou-se que o impacto para a OPAS seria de cerca de \$255.000.

55. A Repartição havia considerado necessário rever o Artigo 420.2 do Regulamento do Pessoal e todas as disposições relacionadas a fim de eliminar os termos “nombramiento de servicio” e “nombramiento de funcionarios de carrera”, pois tais cargos sem prazo definido não eram oferecidos desde 1994. A Repartição também havia feito várias modificações editoriais para atualizar a terminologia em vários artigos do regulamento do pessoal.

56. Na discussão que se seguiu, um delegado chamou a atenção para a Resolução EB150.R8, adotada pelo Conselho Executivo da OMS em sua 150ª Sessão, relativa aos salários de funcionários em cargos sem classificação, e solicitou que o documento a ser apresentado ao Comitê Executivo fizesse referência a essa resolução, a fim de refletir o processo coletivo de tomada de decisão que havia ocorrido na Assembleia Mundial da Saúde com relação às recomendações referentes a pessoal das Nações Unidas.

57. A Dra. Barillas disse que o documento a ser preparado para o Comitê Executivo seria revisado conforme solicitado.

58. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana (Documento SPBA16/12)

59. A Dra. Luz Marina Barillas (Diretora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos da RSPA), ao apresentar o relatório de gestão de recursos humanos, observou que o pessoal da Repartição havia demonstrado um compromisso inabalável com a cooperação com os Estados Membros durante a pandemia de COVID-19. Consciente de seu dever de cuidar, a Repartição havia instituído uma série de medidas para apoiar o pessoal durante a pandemia, como esquemas de teletrabalho, melhoria dos benefícios de licença médica e serviços de aconselhamento.

60. Ao resumir o conteúdo do relatório, a Dra. Barillas disse que, em 2021, a Repartição havia concentrado esforços em atividades de alta prioridade que eram consistentes com os três pilares da sua estratégia de recursos humanos, a Estratégia para o Pessoal 2.0: agilidade, otimização funcional e inovação. Com relação às estatísticas sobre dotação de pessoal da RSPA, ela relatou que a Repartição havia aumentado o número de trabalhadores contingentes para 1.581 (67% de sua força de trabalho total). Isso representava um aumento de 85,95% no número de trabalhadores contingentes desde 2017. Os consultores e outros trabalhadores contingentes haviam permitido que a RSPA respondesse às necessidades dos Estados Membros durante a emergência e haviam sido essenciais para a continuidade das operações. A Repartição reconheceu que depender desses trabalhadores para prestar cooperação técnica acarretava riscos; no entanto, a incerteza financeira havia impedido a celebração de compromissos de longo prazo com novos funcionários.

61. Em termos da paridade de gênero, 51% da força de trabalho em cargos de prazo fixo era de mulheres, e houve um aumento de 9% no número de mulheres que ocupavam cargos de chefia nas Representações da OPAS/OMS nos países. Entretanto, não houve mudança no número de mulheres nos níveis P4 e P5, e o número de mulheres nos níveis P6, D1 e D2 foi 1% menor. A Dra. Barillas informou que houve cinco casos confirmados de irregularidades envolvendo funcionários profissionais em 2021, incluindo um caso de assédio; em todos os casos foram aplicadas medidas disciplinares e/ou administrativas.

62. Na discussão do relatório pelo Subcomitê, os delegados aplaudiram a dedicação e o compromisso do pessoal da RSPA, que continuou a colaborar com os Estados Membros apesar dos desafios constantes relacionados à pandemia. O apoio da Repartição ao pessoal durante a pandemia também foi louvado. No entanto, os delegados manifestaram preocupação com o aumento no número de trabalhadores contingentes. Solicitou-se à Repartição que comentasse sobre os planos previstos para se chegar a um número mais equilibrado de funcionários de prazo fixo e trabalhadores contingentes. Buscaram-se informações sobre o impacto do teletrabalho durante a pandemia em termos das despesas gerais e da produtividade e sobre a potencial continuação do teletrabalho no contexto pós-pandemia. Os delegados também pediram mais informações sobre os achados da análise de lacunas de habilidades e competências.

63. A Repartição foi encorajada a continuar trabalhando no sentido de aumentar a proporção de mulheres em cargos de alto nível, principalmente no nível D1. Os delegados

se mostraram preocupados com episódios de exploração e abuso sexual por parte de pessoal que trabalha no programa de emergências da OMS e pediram informações sobre como o Plano de Resposta para Gestão da OMS sobre o assunto estava sendo implementado em nível regional. A apuração de casos anteriores de exploração, abuso ou assédio sexual na seleção de pessoal para as Nações Unidas foi considerada um passo positivo, mas sugeriu-se que medidas adicionais deveriam ser implementadas para examinar os candidatos que não tenham um histórico no sistema das Nações Unidas.

64. A atualização da política para consultores foi saudada, assim como a revisão da política para estagiários. Com relação a essa última, salientou-se que os estágios ofereciam à Organização a possibilidade de se beneficiar das competências modernas de profissionais jovens. A decisão de oferecer estágios virtuais, que aumentariam a flexibilidade, a acessibilidade e a inclusão, foi elogiada.

65. A Dra. Barillas agradeceu aos Estados Membros pelo reconhecimento do trabalho da Organização durante a pandemia. Sobre a questão do equilíbrio entre o número de trabalhadores de prazo fixo e contingentes, a Repartição reconheceu que os funcionários com contratos de prazo fixo eram responsáveis pelo desenvolvimento dos programas e pela prestação de cooperação técnica, e havia retomado a contratação de alguns funcionários nessa modalidade no segundo semestre de 2021, quando as finanças haviam melhorado ligeiramente. Ela enfatizou, porém, que o financiamento previsível era essencial para permitir que a Repartição reequilibrasse a força de trabalho e mantivesse um fluxo de talentos para responder às necessidades da Organização.

66. A Repartição continuava se esforçando para melhorar a igualdade de gênero por meio da implementação de um novo programa de mentoria e de políticas para favorecer um melhor equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, entre outras medidas. A Repartição também havia reforçado significativamente políticas relacionadas a normas de conduta, especialmente políticas referentes a assédio, abuso e exploração sexual, e estava explorando um possível acordo com as Nações Unidas para examinar candidatos a emprego sem histórico de trabalho nas Nações Unidas. Uma nova política de teletrabalho, a qual permitiria que todos os funcionários aumentassem o número de dias de teletrabalho, entraria em vigor após o fim da emergência de COVID-19. Ela observou que a nova política havia sido informada por uma pesquisa com funcionários e supervisores que determinou que a produtividade não havia diminuído como resultado do teletrabalho; em alguns casos, de fato, ela havia aumentado.

67. A Diretora observou que o quadro de pessoal é o maior patrimônio de qualquer organização, mas sobretudo de uma organização que presta cooperação técnica. Ela elogiou o pessoal da Repartição pela dedicação na resposta à pandemia de COVID-19, ao mesmo tempo em que continuava a prestar cooperação técnica em outras áreas. Ela destacou que os funcionários haviam perseverado, mesmo quando seus empregos estavam ameaçados devido à crise financeira. Ela garantiu aos Estados Membros que a Repartição estava trabalhando assiduamente para atingir o equilíbrio de gênero. A Diretora enfatizou que a Repartição levava assédio, abuso e exploração sexual muito a sério. Uma política havia sido lançada na Região antes dos episódios envolvendo o pessoal da OMS, mas havia sido

revista à luz da nova política da OMS após esses incidentes. Além disso, a Repartição tinha um curso obrigatório de formação on-line e estava explorando outras maneiras de conscientizar o pessoal sobre o assunto.

68. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital (Documento SPBA16/13)

69. A Sra. María Teresa Angulo (Diretora do Departamento de Operações de Serviços Gerais da RSPA) apresentou uma atualização sobre a situação do Fundo Mestre de Investimentos de Capital e seus cinco fundos subsidiários. Ela observou que o Documento SPBA16/13 incluía detalhes sobre cada fundo subsidiário para 2021, inclusive saldos líquidos. Em 31 de dezembro de 2021, o saldo geral do Fundo Mestre de Investimentos de Capital era de \$17,9 milhões, ao passo que o saldo da Reserva para o Fundo Mestre de Investimentos de Capital era de \$2 milhões.

70. Ela relatou que o Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis havia sido utilizado para cobrir despesas relacionadas com reformas e móveis para o edifício da 2121 Virginia Avenue e projetos de infraestrutura na Sede. Em 2021, a Repartição havia iniciado um projeto de renovação que exigiria atualizações do sistema de ventilação e do sistema elétrico ultrapassado e reformas nas salas de conferência do segundo e do décimo andar. Como resultado da priorização da resposta à pandemia de COVID-19, os gastos com as Representações nos países haviam sido limitados. Usando o Fundo de Substituição de Veículos, haviam sido adquiridos nove veículos. Usando o Fundo Subsidiário de Tecnologia da Informação, havia sido concluída a implementação do sistema de prontuário eletrônico e os serviços de hospedagem na internet da OPAS haviam sido migrados. Além disso, o Fundo Subsidiário da Estratégia de Recursos Humanos havia apoiado o desenvolvimento e a implementação em andamento do Módulo de Recrutamento do sistema de gestão de recursos humanos Workday.

71. Na discussão que se seguiu, assinalou-se que havia ocorrido uma redução na receita, mas as despesas haviam aumentado em 2021 em comparação com 2020. Solicitou-se à Repartição que apresentasse ao Comitê Executivo uma proposta de planejamento de despesas para os diversos fundos subsidiários, a fim de promover uma utilização mais estratégica dos fundos. Também se pediu à Repartição que entregasse ao Comitê Executivo a discriminação das despesas previstas no Fundo Subsidiário de Manutenção e Melhoria de Bens Imóveis para obras a serem realizadas no edifício da Sede da OPAS. Além disso, em futuras atualizações, solicitou-se à Repartição que confirmasse que os vários projetos de renovação estavam prosseguindo dentro do cronograma e do orçamento.

72. A Sra. Angulo disse que havia tomado nota dos pedidos por mais informações. Ela observou que a receita do Fundo Mestre de Investimentos de Capital havia sido determinada pelos Órgãos Diretores e incluía fundos de excedentes orçamentários e de receita. Em 2021, não houve novas alocações de recursos financeiros, o que explicava a aparente redução.

73. A Diretora lembrou que um levantamento de avaliação de bens imóveis havia sido realizado em 2014⁴ para desenvolver um plano de renovação do edifício da Sede, mas que grande parte do trabalho ainda não estava concluída. Por exemplo, era difícil regular a temperatura e filtrar o excesso de ruído no segundo e no décimo andar, porque esses dois andares não haviam sido reformados. As salas de reunião do segundo andar também precisavam de reformas urgentes. Ela confirmou que a Repartição forneceria as informações solicitadas, mas ressaltou que as reformas haviam sido planejadas há muito tempo e que algumas exigiam atenção urgente a fim de garantir condições de trabalho adequadas para os funcionários e instalações apropriadas para a realização de sessões dos Órgãos Diretores.

74. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública (Documento SPBA16/14)

75. O Dr. James Fitzgerald (Diretor do Departamento de Sistemas e Serviços de Saúde da RSPA) lembrou que, em maio de 2020, o Comitê Executivo havia adotado a Resolução CESS1.R1, autorizando um empréstimo emergencial de curto prazo de até \$50 milhões em caráter rotativo da conta de capital do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas para a conta de capital do Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública. O Documento SPBA16/14 forneceu informações sobre a situação do empréstimo emergencial e as medidas tomadas para facilitar o acesso dos Estados Membros a suprimentos essenciais para combate à COVID-19.

76. O Dr. Fitzgerald relatou que o maior uso do Fundo Estratégico levou a um aumento significativo na quantidade de recursos financeiros disponíveis na conta de capital do Fundo. Graças a esse aumento, juntamente com melhoras logísticas e de planejamento da demanda, apenas dois empréstimos emergenciais internos de curto prazo haviam sido feitos da conta de capital do Fundo Rotativo para a conta de capital do Fundo Estratégico no biênio 2020-2021. Esses empréstimos haviam permitido a aquisição de suprimentos de emergência — equipamentos de proteção individual e medicamentos — para dois países. Os empréstimos haviam sido quitados em tempo hábil e não haviam tido nenhum impacto negativo sobre a disponibilidade de fundos para a aquisição de vacinas por meio do Fundo Rotativo. A fim de continuar a atender à demanda por suprimentos de saúde pública e medicamentos essenciais, o mecanismo de empréstimo emergencial interno continuaria em vigor até 31 de dezembro de 2023 ou até data em que a OMS declarasse o fim da pandemia, o que viesse primeiro. A Repartição continuaria a informar os Estados Membros sobre a sua utilização.

77. Na discussão que se seguiu, os delegados saudaram os esforços da Repartição para apoiar os Estados Membros na obtenção de suprimentos essenciais por meio do Fundo Estratégico durante a pandemia. Os delegados também aplaudiram as medidas tomadas

⁴ Vide Documento CE156/24, Rev. 1 (2015).

para ajudar os Estados Membros a fortalecer sua capacidade de gestão da cadeia de suprimento usando modelos de previsão baseados na morbidade, planejamento da demanda e estruturas de consolidação regional. Enfatizou-se que as funções de cooperação técnica do Fundo Rotativo e do Fundo Estratégico deveriam ser priorizadas. Embora tenha se reconhecido a necessidade continuada do mecanismo de empréstimo emergencial, destacou-se que qualquer empréstimo proveniente da conta de capital do Fundo Rotativo deveria ser prontamente reembolsado. Nesse sentido, elogiou-se o compromisso da Repartição com a transparência e a responsabilidade fiscal.

78. Um delegado chamou a atenção para diversos problemas que haviam atrapalhado os esforços de vacinação contra COVID-19 em seu país, incluindo problemas com o Mecanismo de Acesso Global a Vacinas contra a COVID-19 (COVAX) e hesitação e recusa vacinal. O delegado pediu apoio à Repartição na negociação de novos termos com o COVAX, inclusive a possibilidade de usar o Fundo Rotativo para apoiar países como o seu.

79. O Dr. Fitzgerald disse que a Repartição havia implantado os instrumentos necessários de gestão de desempenho para melhorar as operações do Fundo Estratégico, otimizar a utilização da conta de capital do Fundo e, assim, fazer uso da provisão de empréstimo emergencial somente quando estritamente necessário. O trabalho da Repartição junto aos Estados Membros para melhorar a previsão de demanda também ajudou a otimizar as operações do Fundo. Ele reconheceu as preocupações expressas com relação ao Mecanismo COVAX e o acesso a vacinas e garantiu aos Estados Membros que a Repartição continuaria trabalhando junto a eles para resolver essas questões. Ele também observou que não tinha havido atrasos significativos na entrega das vacinas disponíveis por meio do Fundo Rotativo, a entidade de aquisição do Mecanismo COVAX na Região.

80. A Diretora afirmou que o Fundo Estratégico e o Fundo Rotativo eram mecanismos importantes para prestação de cooperação técnica. Ela concordou que o desempenho do Mecanismo COVAX havia sido insatisfatório e garantiu aos Estados Membros que a Repartição continuaria trabalhando junto a eles para resolver os problemas que eles haviam enfrentado com o Mecanismo. A repartição também iria trabalhar junto aos Estados Membros para resolver outros problemas que estavam atrapalhando os esforços de vacinação, inclusive hesitação vacinal e acessibilidade aos estabelecimentos de vacinação, que, segundo dados levantados, algumas vezes ficavam em locais muito distantes das populações rurais e de outras populações vulneráveis. Ela também observou que a Repartição já havia celebrado acordos com vários dos principais fabricantes de vacinas contra COVID-19 para compra direta de vacinas para distribuição por meio do Fundo Rotativo.

81. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Assuntos de informação geral***Processo para a eleição do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana e nomeação do Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas (Documento SPBA16/INF/1)***

82. A Dra. Heidi Jiménez (Assessora Jurídica da RSPA) descreveu o procedimento e as normas para a eleição de um novo Diretor, observando que a eleição ocorreria durante a 30ª Conferência Sanitária Pan-Americana em setembro de 2022 e que posteriormente o nome da pessoa eleita seria submetido ao Conselho Executivo da OMS para nomeação ao cargo de Diretor Regional da OMS para as Américas. O mandato do novo Diretor começaria em 1º de fevereiro de 2023. Em 1º de março de 2022, todos os Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados haviam sido convidados a designar candidatos. O período de designação terminaria em 1º de maio de 2022 e, até 1º de junho, todas as designações recebidas teriam sido compiladas, traduzidas para os quatro idiomas oficiais da Organização e encaminhadas pelo Presidente do Comitê Executivo aos Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados.

83. Os candidatos designados seriam convidados a fazer uma apresentação durante o fórum de candidatos, a ser realizado na semana de 20 a 24 de junho de 2022 juntamente com a 170ª Sessão do Comitê Executivo. Delegados de todos os Estados Membros, Estados Participantes e Membros Associados poderiam participar do fórum, presencialmente ou por meio de chamada de vídeo. Os detalhes do procedimento e das normas que regem o processo de eleição para o cargo de Diretor, inclusive normas aplicáveis ao pessoal da OPAS e candidatos internos, foram fornecidos nos anexos do Documento SPBA16/INF/1 e estavam disponíveis também no site sobre a eleição criado pela Repartição.⁵

84. Na discussão subsequente, os delegados agradeceram à atual Diretora sua forte liderança, especialmente durante a pandemia de COVID-19, e enfatizaram a importância de eleger um novo Diretor que tenha os conhecimentos especializados necessários em saúde pública e as habilidades de gestão para continuar liderando a resposta à pandemia e para guiar a Organização e a Região durante o período de recuperação pós-pandemia, trabalhando ao mesmo tempo para melhorar a transparência, a prestação de contas e a eficiência da Organização. Também se enfatizou que o próximo Diretor deveria ter ampla experiência em saúde internacional e conhecer tanto as Nações Unidas como os sistemas interamericanos, e que deveria demonstrar sensibilidade e respeito pela diversidade cultural, social, política e econômica dos países da Região. A necessidade de assegurar que o processo de designação e o fórum de candidatos fossem conduzidos com transparência, independência e imparcialidade também foi sublinhada. Os Estados Membros foram encorajados a dar a devida consideração à igualdade de gênero e a critérios de diversidade étnica ao designar candidatos.

⁵ Vide <https://www.paho.org/pt/eleicao-do-diretor-da-reparticao-sanitaria-pan-americana>.

85. A Diretora, observando que a eleição do novo Diretor era de exclusiva responsabilidade dos Estados Membros, garantiu ao Subcomitê que os funcionários da Repartição haviam sido informados sobre a obrigação de permanecer neutros e imparciais.

86. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS (Documento SPBA16/INF/2)

87. O Sr. Rony Maza (Diretor do Departamento de Planejamento, Orçamento e Avaliação da RSPA) apresentou o relatório, observando que este se concentrava em questões de liderança e governança, bem como prestação de contas e transparência. O relatório forneceu atualizações sobre o trabalho que estava sendo realizado para fortalecer a preparação e resposta da OMS a emergências de saúde, a proposta de estender por dois anos o 13º Programa Geral de Trabalho da OMS e as revisões propostas ao orçamento por programas da OMS 2022-2023 e as atividades do Grupo de Trabalho sobre Financiamento Sustentável da OMS. O Sr. Maza relatou que a Repartição estava apoiando ativamente todos esses processos.

88. Com relação à transparência e responsabilidade, o relatório continha atualizações sobre o financiamento e a implementação do orçamento por programas da OMS 2020-2021 e sobre a participação da Região na avaliação de fim de biênio desse orçamento por programas. O Sr. Maza elogiou os Estados Membros da OPAS por sua contínua luta por uma distribuição equitativa dos fundos da OMS, que havia resultado em aumento da dotação para as Américas. No entanto, continuavam a existir lacunas e, portanto, ele encorajou os Estados Membros a continuar a se pronunciar nas discussões em curso em Genebra.

89. O Subcomitê acolheu favoravelmente o relatório, que foi visto como uma prova do importante trabalho que a Região continuava a fazer para melhorar a governança, a transparência e a prestação de contas. Os delegados expressaram à Repartição seu apreço pelos esforços de facilitar a participação dos Estados Membros da OPAS nas discussões globais sobre financiamento sustentável e preparação e resposta a emergências. Observou-se, porém, que a diferença de fuso horário dificultava a participação remota das autoridades sanitárias nacionais das Américas em discussões que estavam ocorrendo em Genebra. Solicitou-se à Repartição que continuasse trabalhando junto à Secretaria da OMS para encontrar esquemas de trabalho virtual que fossem equitativos para os participantes de todas as regiões. Também se encorajou a Repartição a continuar organizando consultas regionais sobre as questões sendo discutidas em nível mundial a fim de promover uma participação mais proativa dos países da Região.

90. Com relação ao trabalho voltado para a melhoria da preparação e resposta da OMS a emergências de saúde, uma delegada observou que seu governo havia proposto um conjunto de modificações pontuais ao Regulamento Sanitário Internacional (2005) e manifestou a esperança de que outros Estados Membros apoiassem essas modificações. Outro delegado destacou a necessidade de alinhamento entre a OPAS e a OMS para melhorar a capacidade de prevenção, preparação e resposta a futuras ameaças trazidas por pandemias.

91. Observou-se que, embora a dotação orçamentária da OMS para a Região houvesse aumentado, as Américas continuavam recebendo a menor parcela do orçamento da OMS e, além disso, de modo geral não recebiam toda sua dotação. A diferença entre o montante alocado e o montante recebido em 2020-2021 foi considerada particularmente notável, tendo em vista que o orçamento da OMS havia sido financiado a mais de 100%. Solicitou-se à Repartição que comentasse sobre os possíveis motivos para essa discrepância. Com relação às discussões sobre financiamento sustentável, enfatizou-se que as reformas de governança, prestação de contas e transparência deveriam fazer parte de qualquer proposta. Também se ressaltou que as propostas deveriam não só solicitar aumento do financiamento, mas também indicar a maneira como os fundos seriam alocados e os benefícios a serem obtidos. Vários delegados destacaram a importância da priorização. Pediu-se à Repartição que indicasse quais diálogos haviam ocorrido com a Secretaria da OMS em função das discussões regionais sobre a definição de prioridades e se a abordagem regional de definição de prioridades temáticas e avaliação conjunta havia sido compartilhada com a Sede da OMS e as outras regiões da OMS.

92. Em resposta, o Sr. Maza confirmou que, embora a situação do financiamento da OMS houvesse melhorado, as Américas continuavam sendo a região que recebia o menor montante. A principal explicação para essa discrepância, segundo as informações fornecidas pela Secretaria da OMS, foi que muitas contribuições voluntárias eram destinadas especificamente a outras regiões ou países. Ele reiterou o agradecimento da Repartição aos Estados Membros que continuavam a defender o aumento da dotação da OMS para a Região.

93. Ele confirmou que a Repartição havia compartilhado com a Secretaria da OMS as metodologias regionais de definição de prioridades e avaliação conjunta. A Repartição também havia discutido como as experiências da Região poderiam ser aproveitadas com o Presidente do Grupo de Trabalho sobre Financiamento Sustentável. A Repartição iria facilitar uma reunião regional de atualização sobre financiamento sustentável, com o objetivo de assegurar que as perspectivas dos países das Américas fossem ouvidas. Ela também iria continuar a providenciar documentação e organizar reuniões regionais de atualização sobre diversos outros assuntos sendo discutidos na OMS. Ao mesmo tempo, continuaria a exortar a Secretaria da OMS a agendar reuniões em horários mais convenientes para os participantes das Américas.

94. Em resposta a comentários sobre emergências sanitárias, o Dr. Ciro Ugarte (Diretor do Departamento de Emergências de Saúde da RSPA) concordou que havia necessidade de maior participação dos ministros da saúde e outras autoridades nacionais nas negociações em curso sobre o fortalecimento da preparação e resposta da OMS a emergências de saúde. A Repartição havia organizado reuniões informativas e preparado documentos com o objetivo de promover o envolvimento regional, mas a participação direta desde as capitais nacionais era crucial. Ele garantiu aos Estados Membros que havia total alinhamento funcional entre a OPAS e a OMS no que dizia respeito à preparação e resposta a emergências. Entretanto, a OPAS tinha seus próprios procedimentos, resultantes das lições aprendidas após muitos anos de experiência na resposta a emergências. Essa

experiência havia permitido que as Américas fossem a primeira região da OMS a publicar um alerta epidemiológico sobre o SARS-CoV-2 e a providenciar uma resposta imediata.

95. A Diretora concordou que era fundamental que as autoridades sanitárias nacionais participassem ativamente dos processos de consulta e negociação que ocorrem antes das sessões dos Órgãos Diretores da OMS. Ela agradeceu aos Estados Membros por sua persistência nos esforços para garantir uma distribuição equitativa dos recursos da OMS.

96. O Subcomitê tomou nota do relatório.

Projeto de agenda provisória para a 170ª Sessão do Comitê Executivo (Documento SPBA16/INF/3)

97. A Sra. Mônica Zaccarelli Davoli (Assessora Sênior do Escritório dos Órgãos Diretores da RSPA) apresentou o projeto de agenda provisória para a 170ª Sessão do Comitê Executivo, que refletia as revisões feitas à lista de tópicos examinados durante a 169ª Sessão do Comitê Executivo, em 2021.⁶ A agenda incluía quatro políticas e uma estratégia, que refletiam os pedidos dos Estados Membros de manter o foco em questões estratégicas. Ela também incluía os temas habituais considerados pelo Comitê Executivo em suas sessões de junho e uma série de relatórios finais e de progresso conforme determinados por resoluções previamente adotadas.

98. A Diretora observou que os assuntos relativos a políticas de programas estavam voltados para tópicos estratégicos relacionados a recuperar-se pós-pandemia de COVID-19, reconstruir melhor e assegurar um futuro melhor. Ela também observou que a Repartição estava buscando contribuições de especialistas e dos Estados Membros para elaboração dos documentos de política sobre esses tópicos.

99. O Subcomitê endossou a agenda provisória.

Outros assuntos

100. Durante a 16ª Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração, nenhum outro assunto foi discutido.

Encerramento da sessão

101. Após a troca habitual de cortesias, a Presidente deu por encerrada a 16ª Sessão do Subcomitê.

Anexos

⁶ Vide Documento CE169/11 (2021).

EM TESTEMUNHO DO QUE, a Presidente da Décima Sexta Sessão do Subcomitê de Programa, Orçamento e Administração, delegada dos Estados Unidos da América, e a Secretária *ex officio*, Diretora da Repartição Sanitária Pan-Americana, assinam o presente Relatório Final em inglês.

LAVRADO em Washington D.C., Estados Unidos da América, neste vigésimo quinto dia do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois. A Secretária depositará o documento original assinado nos Arquivos da Repartição Sanitária Pan-Americana. Uma vez aprovado pela Presidente, o Relatório Final será publicado no site da Organização Pan-Americana da Saúde.

Adriana Gonzalez
Presidente da 16ª Sessão
do Subcomitê de Programa, Orçamento
e Administração
Delegada dos Estados Unidos da América

Carissa F. Etienne
Secretária *ex officio* da 16ª Sessão
do Subcomitê de Programa, Orçamento
e Administração
Diretora da Repartição Sanitária
Pan-Americana

AGENDA

- 1. ABERTURA DA SESSÃO**

 - 2. ASSUNTOS RELATIVOS AO REGULAMENTO**
 - 2.1 Eleição da Mesa Diretora
 - 2.2 Adoção da agenda

 - 3. ASSUNTOS RELATIVOS À POLÍTICA DOS PROGRAMAS**
 - 3.1 Orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023: propostas de modificações
 - 3.2 Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021/Primeiro relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025
 - 3.3 Colaboração com agentes não estatais
 - 3.4 Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
 - 3.5 Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS

 - 4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS**
 - 4.1 Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2021
 - 4.2 Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
 - 4.3 Programação do orçamento excedente
 - 4.4 Modificações do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS
 - 4.5 Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana
 - 4.6 Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
-

4. ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS *(cont.)*

4.7 Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital

4.8 Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública

5. ASSUNTOS DE INFORMAÇÃO GERAL

5.1 Processo para a eleição do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana e nomeação do Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas

5.2 Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS

5.3 Projeto da agenda provisória para a 170ª Sessão do Comitê Executivo

6. OUTROS ASSUNTOS

7. ENCERRAMENTO DA SESSÃO

LISTA DE DOCUMENTOS

Documentos de trabalho

SPBA16/1, Rev. 1	Agenda
SPBA16/2	Orçamento por programas da Organização Pan-Americana da Saúde 2022-2023: propostas de modificações
SPBA16/3	Esquema do relatório da avaliação de fim do biênio do Orçamento por Programas da OPAS 2020-2021/ Primeiro relatório provisório da implementação do Plano Estratégico da OPAS 2020-2025
SPBA16/4	Colaboração com agentes não estatais
SPBA16/5	Agentes não estatais que mantêm relações oficiais com a OPAS
SPBA16/6	Nomeação de um membro para o Comitê de Auditoria da OPAS
SPBA16/7	Panorama do Relatório Financeiro do Diretor correspondente a 2021
SPBA16/8	Atualização sobre a nomeação do auditor externo da OPAS para 2024-2025 e 2026-2027
SPBA16/9	Programação do orçamento excedente
SPBA16/10	Modificações do Regulamento Financeiro e Regras Financeiras da OPAS
SPBA16/11	Modificações do Estatuto e Regulamento do Pessoal da Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA16/12	Gestão de recursos humanos da Repartição Sanitária Pan-Americana
SPBA16/13	Atualização sobre o Fundo Mestre de Investimentos de Capital
SPBA16/14	Relatório sobre a situação do empréstimo emergencial do Fundo Rotativo para Acesso a Vacinas ao Fundo Rotativo Regional para Provisões Estratégicas de Saúde Pública

Documentos da informação

SPBA16/INF/1	Processo para a eleição do Diretor da Repartição Sanitária Pan-Americana e nomeação do Diretor Regional da Organização Mundial da Saúde para as Américas
SPBA16/INF/2	Relatório sobre questões estratégicas entre a OPAS e a OMS
SPBA16/INF/3	Projeto da agenda provisória para a 170ª Sessão do Comitê Executivo

LIST OF PARTICIPANTS/LISTA DE PARTICIPANTES

OFFICERS/MESA DIRECTIVA

President/Presidente:	Mrs. Adriana Gonzalez (United States of America)
Vice-President/Vice-Presidente:	Dr. Félix H. Correa (Panamá)
Rapporteur/Relator:	Sr. Ciro Leal Martins da Cunha (Brasil)

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ

BRAZIL/BRASIL

Sr. Carlos Eduardo da Cunha Oliveira
Chefe da Divisão de Cidadania
Ministério das Relações Exteriores
Brasília

Sr. Ciro Leal Martins da Cunha
Conselheiro, Representante Alterno
do Brasil junto à Organização dos
Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Cristina Alexandre
Assessora Especial do Ministro para
Assuntos Internacionais em Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

Sra. Marina Pittella
Chefe da Assessoria de Assuntos
Internacionais em Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

Sr. Jackson Lima Oliveira
Primeiro Secretário, Representante Alterno
do Brasil junto à Organização dos
Estados Americanos
Washington, D.C.

Sr. Matheus Corradi de Souza
Assistente da Divisão de Cidadania
Ministério das Relações Exteriores
Brasília

Sra. Fernanda Torres
Chefe da Divisão de Temas Multilaterais
Ministério da Saúde
Brasília

BRAZIL/BRASIL (cont.)

Sra. Indiara Meira Gonçalves
Assessora para Assuntos Multilaterais
em Saúde
Ministério da Saúde
Brasília

COSTA RICA

Sra. Adriana Salazar González
Jefe de Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud
San José

Sra. Mónica Gamboa
Funcionaria Dirección de Planificación
Ministerio de Salud
San José

Sra. Andrea Garita
Directora de Planificación
Ministerio de Salud
San José

DOMINICA

Hon. Dr. Irving McIntyre
Minister of Health, Wellness and
New Health Investment
Ministry of Health, Wellness
and New Health Investment
Dominica

Dr. Letitia Lestrade-Wyke
Permanent Secretary (Ag.)
Ministry of Health and Social Services
Dominica

Dr. Kent Edwards
Parliamentary Secretary
Ministry of Health, Wellness
and New Health Investment
Dominica

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ (cont.)

DOMINICA (cont.)

Dr. David Johnson
Chief Medical Officer
Ministry of Health, Wellness
and New Health Investment
Dominica

JAMAICA

Mr. Dunstan Bryan
Permanent Secretary
Ministry of Health
Kingston

Mr. Howard Lynch
Senior Director
Policy Planning and Development
Ministry of Health
Kingston

MEXICO/MÉXICO

Dr. Hugo López-Gatell Ramírez
Subsecretario de Prevención y
Promoción de la Salud
Secretaría de Salud
México, D.F.

Dr. Marcos Cantero Cortés
Titular de la Unidad de Análisis
Económico
Secretaría de Salud
México, D.F.

Excma. Sra. Luz Elena Baños Rivas
Embajadora, Representante Permanente
de México ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

Lic. Zulema Guerra Carpio
Jefa del Departamento para el Sistema
Interamericano
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Marco Vinicio Gallardo Enríquez
Titular de la Unidad de Administración
y Finanzas
Secretaría de Salud
México, D.F.

MEXICO/ MÉXICO (cont.)

Sr. Francisco Martínez Martínez
Director General de Programación
y Presupuesto
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Martha Leticia Caballero Abraham
Encargada de la Dirección General de
Relaciones Internacionales
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Araceli Camacho Chairez
Directora de Políticas de Aseguramiento
en Salud
Secretaría de Salud
México, D.F.

Sr. Mauricio Israel Velázquez Posada
Director de Seguimiento y Control
de la Información
Dirección General de Programación
y Presupuesto
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic Zulema Guerra Carpio
Jefa de Departamento para el Sistema
Interamericano
Secretaría de Salud
México, D.F.

Lic. Maite Narváez Abad
Segunda Secretaria, Representante Alterna
de México ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

PANAMA/PANAMÁ

Lic. Thays Noriega
Directora de Asuntos Internacionales
y Cooperación Técnica
Ministerio de Salud
Ciudad de Panamá

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ (cont.)

PANAMA/PANAMÁ (cont.)

Sr. José Luis Vásquez
Coordinador de Asuntos Internacionales
y Cooperación Técnica
Ministerio de Salud
Ciudad de Panamá

Dr. Félix H. Correa D.
Subdirector de Planificación de Salud
Ministerio de Salud
Ciudad de Panamá

Dra. Reina Roa
Funcionaria Técnica de Planificación
de Salud
Ministerio de Salud
Ciudad de Panamá

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA**

Ms. Nerissa Cook
Deputy Assistant Secretary
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mrs. Mara Burr
Director, Multilateral Relations
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Ms. Barbara De Rosa-Joynt
Health Advisor
Office of Economic and Development
Assistance
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mr. Steven Constantinou
Global Health Officer, Americas
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

**UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS
UNIDOS DE AMÉRICA (cont.)**

Ms. Sarah Emami
Senior Global Health Officer for Multilateral
Relations
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Mr. Ethan Goldblatt
Health Team Intern
Office of Economic and Development
Affairs
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Mrs. Adriana Gonzalez
Health Advisor
Office of Economic and Development
Affairs
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Maya Levine
Senior Global Health Officer for Multilateral
Relations Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

Mr. Greg McElwain
Senior Advisor
Office of Management Policy
and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

Ms. Leandra Olson
Senior Global Health Officer
Office of Global Affairs
Department of Health and Human Services
Washington, D.C.

MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/MIEMBROS DEL SUBCOMITÉ (cont.)

UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA (cont.)

Ms. Lauren Scott
Health Advisor
Office of Economic and
Development Affairs
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

UNITED STATES OF AMERICA/ESTADOS UNIDOS DE AMÉRICA (cont.)

Mr. James P. Shuster
Program Analyst
Office of Management Policy
and Resources
Bureau of International Organization Affairs
Department of State
Washington, D.C.

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ**

ARGENTINA

Dra. Carla Moretti
Directora Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

Lic. Georgina Grigioni
Asesora
Dirección Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

Lic. Andrea Polach
Asesora
Dirección Nacional de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
Buenos Aires

BAHAMAS

Ms. Alarice Grant
Senior Assistant Secretary
Ministry of Health and Wellness
Nassau

Dr. Phillip Swann
Registrar
Ministry of Health and Wellness
Nassau

BAHAMAS (cont.)

Dr. Pearl McMillan
Chief Medical Officer
Ministry of Health and Wellness
Nassau

Dr. Cherita Moxey
Senior House Officer
Ministry of Health and Wellness
Nassau

Dr. Delon Brennen
Deputy Chief Medical Officer
Ministry of Health and Wellness
Nassau

BELIZE/BELICE

Ms. Lizett Bell
Deputy Director of Health Services
Chief Nursing Officer
Ministry of Health and Wellness
Belmopan

BOLIVIA

Dra. Nila Heredia Miranda
Responsable del Área de Relaciones
Internacionales
Ministerio de Salud
La Paz

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ**

BOLIVIA *(cont.)*

Lic. José Roberto Ávila Cárcamo
Técnico, Economista
Dirección General de Planificación
Ministerio de Salud
La Paz

Lic. Janeth Alemán Paca
Directora general de Asuntos
Administrativos
Ministerio de Salud
La Paz

Sr. Lucio Mamani Quispe
Primer Secretario, Representante Alterno
de Bolivia ante la Organización de
los Estados Americanos.
Washington, D.C.

CANADA/CANADÁ

Dr. Madeleine Bird
Manager
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

Ms. Jennifer Izaguirre
Senior Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

Ms. Chantele Sitaram
Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

Mr. William Wang
Policy Analyst
Multilateral Relations Division
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

CANADA/CANADÁ *(cont.)*

Ms. Charlotte McDowell
Senior Development Officer
Permanent Mission of Canada to
the OAS
Washington, D.C.

Ms. Janet Ferreira
Senior Development Officer
Global Affairs Canada, Inter-American
Affairs
Government of Canada, Ottawa

Mr. Patrick Picard
Health Counsellor
Office of International Affairs for the
Health Portfolio
Government of Canada, Ottawa

COLOMBIA

Sra. Adriana Maldonado
Ministro Plenipotenciario, Representante
Alternativa de Colombia ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Sr. Juan Carlos Bernal
Coordinador, Grupo de Cooperación
y Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud y protección Social
Bogotá

Sr. Juan David Moncaleano Prado
Coordinador (E), Coordinación de Asuntos
Sociales
Dirección de Asuntos Económicos,
Sociales y Ambientales
Ministerio de Salud y Protección Social
Bogotá

Sr. Luis Hernán Hincapié Matoma
Asesor, Coordinación de Asuntos Sociales
Dirección de Asuntos Económicos,
Sociales y Ambientales
Ministerio de Salud y Protección Social
Bogotá

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

COLOMBIA (cont.)

Sr. Nicolás Higuera González
Tercer Secretario, Representante
Alterno de Colombia ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

Sra. Grecia Umbarila
Asesora, Grupo de Cooperación
y Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud y Protección Social
Bogotá

Sr. Juan Manuel Borraez
Asesor, Grupo de Cooperación
y Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud y Protección Social
Bogotá

Sra. Catalina Muñoz
Contratista, Grupo de Cooperación
y Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud y Protección Social
Bogotá

**DOMINICAN REPUBLIC/REPÚBLICA
DOMINICANA**

Dra. Indhira Guillén
Encargada del Departamento de
Cooperación Internacional
Ministerio de Salud Pública
Santo Domingo

Dr. Miguel Bruján
Coordinador Técnico, Viceministerio
de Salud Colectiva
Ministerio de Salud Pública Social
Santo Domingo

ECUADOR

Mg. Fernando Roberto Jácome Gavilánez
Director Nacional de Cooperación y
Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud Pública
Quito

ECUADOR (cont.)

Ing. Luisa Noboa Paz y Miño
Analista de Cooperación y
Relaciones Internacionales
Ministerio de Salud Pública
Quito

EL SALVADOR

Dr. Carlos Gabriel Alvarenga Cardoza
Viceministro de Gestión y Desarrollo
en Salud
Ministerio de Salud
San Salvador

Sr. Elmer Bonilla Espinoza
Jefe de la Oficina de Relaciones
Internacionales y Cooperación en Salud
Ministerio de Salud
San Salvador

Dr. Ronald Alfonso Pérez Escobar
Director de Apoyo a la Gestión
Ministerio de Salud
San Salvador

GRENADA/GRANADA

Hon. Nickolas Steele
Minister of Health and Social Security
Ministry of Health and Social Security
St. George's

GUATEMALA

Dra. Nancy Rodas
Asesora del Vice despacho Administrativo
Ministerio de Salud y Bienestar Social
Guatemala

GUYANA

Dr. Narine Singh
Chief Medical Officer
Ministry of Health
Georgetown

Mr. Stephen Kissoon
Director of Planning
Ministry of Health
Georgetown

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

HAITI/HAITÍ

Dr. Jean Patrick Alfred
Directeur de l'Unité de Planification
Ministère de la Santé publique et
de la Population
Port-au-Prince

HONDURAS

Dra. Edna Batres
Ministra Consejera, Representante Alternativa
de Honduras ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

NICARAGUA

Dr. Luis Urcuyo García
Director General de Planificación
y Desarrollo
Ministerio de Salud
Managua

Sr. Yuri Leiva
Director General Administrativo Financiero
Ministerio de Salud
Managua

PARAGUAY

Econ. Elizabeth Barrios
Representante de la Dirección General
de Planificación y Evaluación
Ministerio de Salud Pública y
Bienestar Social
Asunción

Dra. Mariana Díaz
Representante de la Dirección General
de Administración y Finanzas
Ministerio de Salud Pública y
Bienestar Social
Asunción

Econ. Edgar Núñez
Representante de la Dirección General
de Planificación y Evaluación
Ministerio de Salud Pública y
Bienestar Social
Asunción

PERU/PERÚ

Sra. Virna Julia Ruiz Taipe
Primera Secretaria, Representante
Alternativa de Perú ante la Organización
de los Estados Americanos
Washington, D.C.

SURINAME

Mrs. Saskia Bleau-Bhagwandien
Acting Head of the Research, Planning
and Monitoring & Evaluation Department
Ministry of Health
Paramaribo

Ms. Susijanie Nasoem Kartodikromo
Co-worker Financial Affairs
Ministry of Health
Paramaribo

**TRINIDAD AND TOBAGO/TRINIDAD Y
TABAGO**

Mr. Lawrence Jaisingh
Director, Health Policy, Research
and Planning
Ministry of Health
Port of Spain

Ms. Melanie Noel
Deputy Permanent Secretary
Ministry of Health
Port of Spain

Ms. Suzan Balroop
Director, Finance and Accounting Division
Ministry of Health
Port of Spain

Ms. Anita Sohan
Director, International Cooperation Desk
Ministry of Health
Port-of-Spain

URUGUAY

Dr. Miguel Asqueta Sónora
Director General de Salud
Ministerio de Salud
Montevideo

**NON-MEMBERS OF THE SUBCOMMITTEE/
OTROS MIEMBROS QUE NO FORMAN PARTE DEL SUBCOMITÉ (cont.)**

URUGUAY (cont.)

Lic. Luis Galicia
Coordinador de las Áreas Programáticas
Ministerio de Salud
Montevideo

Mg. Gabriela Gómez
Directora (E) de Relaciones Internacionales
y Cooperación
Ministerio de Salud
Montevideo

URUGUAY (cont.)

Soc. Ricardo Alberti
Asesor de la Dirección General de la Salud
Ministerio de Salud
Montevideo

Dra. Alicia Arbelbide Costas
Ministra Consejera, Representante Alternativa
de Uruguay ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

PARTICIPATING STATES/ESTADOS PARTICIPANTES

FRANCE/FRANCIA

Mrs. Anne Vidal de la Blache
Ambassador, Permanent Observer of
France to the Organization of American
States
Washington, D.C.

THE NETHERLANDS/PAÍSES BAJOS

Mr. Edwin Maarseveen
Counselor for Health, Welfare and Sports
Embassy of the Kingdom of
The Netherlands
Washington, D.C.

OBSERVER STATES/ESTADOS OBSERVADORES

SPAIN/ESPAÑA

Excma. Sra. Carmen Montón
Embajadora, Observadora Permanente de
España ante la Organización de los
Estados Americanos
Washington, D.C.

**PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD**

**Director and Secretary *ex officio* of the
Subcommittee/
Directora y Secretaria *ex officio* del
Subcomité**

Dr. Carissa F. Etienne
Director/Directora

**Advisers to the Director/
Asesores de la Directora**

Ms. Mary Lou Valdez
Deputy Director/Directora Adjunta

Dr. Jarbas Barbosa da Silva Junior
Assistant Director/Subdirector

**PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION
ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD (cont.)**

**Advisers to the Director/
Asesores de la Directora (cont.)**

Ms. Kristan Beck
Director of Administration
Directora de Administración

Dr. Heidi Jiménez
Legal Counsel/Asesora Jurídica

**Advisers to the Director/
Asesores de la Directora (cont.)**

Ms. Mônica Zaccarelli Davoli
Senior Advisor, Governing Bodies Office
Asesora Principal, Oficina de los Cuerpos
Directivos
